

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

SIMONE FRANCISCO DA SILVA

**DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO: incursões teórico-
metodológica**

João Pessoa, PB
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

SIMONE FRANCISCO DA SILVA

**DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO: incursões teórico-
metodológica**

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

João Pessoa, PB
2014

SIMONE FRANCISCO DA SILVA

**DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO: incursões teórico-
metodológica**

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia.

Aprovado em: _____/_____/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
(Orientadora - UFPB)

Prof Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
(Examinador – UFPB)

Prof^ª Ms. Ana Cláudia Medeiros
(Examinadora - UEPB)

DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO: incursões teórico-metodológica¹

Simone Francisco da Silva²
E-mail: simmony2006@gmail.com

RESUMO

O estudo em pauta objetiva analisar o diagnóstico arquivístico sob a perspectiva teórico-metodológica apontando os tipos de diagnóstico e suas abordagens. Considerada a primeira etapa que constitui a gestão documental o diagnóstico se apresenta como um significativo instrumento de coleta, análise e interpretação dos dados situacional do Arquivo. Entre as várias denominações que pode alcançar, o diagnóstico revela-se um aliado do processo da gestão integrada.

Palavras-chave: Diagnóstico arquivístico. Gestão integrada.

¹ Artigo apresentado como obrigatoriedade a conclusão do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba.

² Graduanda em Arquivologia

1 INTRODUÇÃO

Diagnóstico enquanto temática perpassa várias áreas do conhecimento humano envolvendo as ciências da saúde, ciências exatas e da natureza, no caso específico a área da geografia e meio ambiente, as engenharias, como também a área das Ciências Sociais Aplicadas como a administração, Ciências Contábeis, Atuariais, Economia associado ainda as Ciências Documentais como Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia (ABM). Em se tratando da tríade da documentação, o diagnóstico torna-se condição *sine ne qua* com vistas a identificar pontos fortes e fracos bem como apontar novas possibilidades que viabilizem desde a produção, fluxo, tratamento e preservação de informações e seus mais variados suportes como também em relação a instituição-memória ou unidade de informação independente do estágio temporal a que esta se remeta.

Tomando como campo de investigação os arquivos e estes enquanto unidade indispensável as tomadas de decisões no âmbito administrativo e financeiro, muito embora as empresas na contemporaneidade, sob uma perspectiva ainda que empírica deixam a desejar, no que concerne ao papel a ser desempenhado por este órgão no contexto institucional, ficando quase sempre atrelados a uma concepção de depósito onde se guardam documentos e outros pertences a serem descartados pela empresa.

Salientando que, antes de tudo o profissional responsável pela organização dos documentos deve tomar conhecimento da entidade ou organização da qual o arquivo pertence. Esses dados são indispensáveis para a avaliação da massa documental de uma entidade, para isso destacamos a importância do diagnóstico ou pré - diagnóstico que segundo Calderon (2004, p.101)

[...] são pontos de partida na organização de documentos de arquivo, subsidiando a proposta de modelos de classificação, avaliação e descrição apropriadas, visando a um destino final eficiente e eficaz.

Todavia, a outros elementos tem impulsionado novas dinâmicas no que concerne ao papel dos arquivos nas instituições, quer sejam estas de caráter público ou privado. Um desses está vinculado ao processo legal que assume determinadas ações, por exemplo, a Lei de Acesso a informação 12.527 datada de 18 de novembro de 2011, que imputa às instituições prestar informações em todos os níveis, como versa seu Art. 5º requerendo destas instituições cumprimento de prazos, isto as obriga organizar seus documentos em nome da transparência pública para o caso das instituições públicas e/ ou de interesse público.

Outro instrumento também significativo foi a Lei de Arquivos Lei. 8.159 datada de janeiro de 1991, que traz em seu art. 3º “[...] o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. Neste sentido a Gestão

Documental se apresenta como indicativo para viabilizar o acesso à informação, bem como auxiliar a administração e finanças na tomada de decisões. Em se tratando da Gestão documental, esta apresenta como primeira etapa a realização do Diagnóstico, este como um instrumento capaz de fornecer dados e identificar pontos de atritos que inviabilizam a consecução dos objetivos institucionais com eficiência e eficácia.

O presente artigo objetiva compreender os aspectos conceituais, teóricos, históricos e metodológicos que fundamenta o Diagnóstico a partir da concepção de algumas áreas do conhecimento como a medicina, a administração, a geografia, e a própria arquivologia.

2 DIAGNÓSTICO: origens e aplicações

O diagnóstico sempre está presente em todas as atividades de planejamento, mas muito pouco discutido de uma forma sistematizada. O diagnóstico é usualmente a primeira das etapas no processo de planejamento, sem o qual não é possível traçar as metas e objetivos ou estabelecer a situação desejada, situação na qual se deseja chegar, é uma etapa fundamental, pois precede e define as demais etapas, sendo, portanto vital a estruturação do processo de planejamento.

Hipócrates foi o primeiro estudioso em medicina a utilizar o termo diagnóstico. Esta palavra, que significa discernimento, tem origem grega. É formada pelo prefixo “dia” (através de, em meio de), associado ao radical “gnosis”, que significa conhecimento.

Diagnosticar, portanto, é “discernir pelo conhecimento”. O exame clínico, segundo Hipócrates, deve começar pelas coisas mais importantes reconhecíveis. Verificar as semelhanças e as diferenças relativas ao estado de saúde. Observar tudo o que se pode ver, ouvir, tocar, sentir, tudo o que se pode reconhecer pelos nossos meios de conhecimento (REZENDE,2002). A partir do diagnóstico é possível elaborar o prognóstico, palavra que significa conhecimento prévio do que vai acontecer. É formada pelo prefixo “pró” (antes) associado ao radical “gnosis”.

O processo de diagnóstico médico é conhecido em linguagem técnica como semiologia ou propedêutica. Ramos Jr. (1986) comenta que “os objetivos da observação clínica são os diagnósticos e prognósticos para consecução adequada do planejamento terapêutico!. O planejamento terapêutico é um dos principais objetivos da clínica médica e ponto de partida para o processo de tratamento.

Ainda segundo Ramos Jr. (1986), os passos para o diagnóstico médico são os seguintes: (I) *anamnese*³; (II) exame físico geral; (III) exame físico especial;

³ Termo que origina-se da relação mimese, que significa lembrar.

(IV) diagnósticos anatômicos funcionais e etiológicos; (V) exames subsidiários ou de propedêutica aramada; e (VI) diagnósticos definitivos.

No caso da enfermagem o diagnóstico é formulado com base em uma sequência de etapas que se inicia com a obtenção de informações ou dados sobre o paciente. Na classificação de North American Nursing Diagnosis Association - International (NANDA-I) estabelece a definição de diagnóstico aprovada em 1990, e, ainda vigente, compreendendo-o como “um julgamento clínico sobre as respostas do indivíduo, da família e da comunidade aos processos vitais ou aos problemas de saúde atuais e potenciais”.

Embora tenha surgido no âmbito das ciências da saúde, mas especificamente, o termo tenha sido cunhado por Hipócrates, o conceito de diagnóstico é universal e seus fundamentos válidos para aplicações em outras ciências e áreas de estudo, tais como a administração, finanças, a área rural e nas ciências documentais como a arquivologia, biblioteconomia e museologia.

Todavia, o fato destas três últimas ocorrerem no escopo das Ciências Sociais Aplicadas, iniciamos, portanto, por compreender o diagnóstico no campo da administração considerando que é fundamento nesta área que se embasa um conjunto de conhecimentos que fundamentam os records managements.

2.1 Diagnóstico em administração

No campo administrativo e financeiro o diagnóstico é entendido como um processo para se detectar os problemas administrativos. Deste modo vamos definir o processo de diagnóstico como sendo o conjunto de ações que visam identificar as principais causas dos problemas em Administração, sendo o termo causa definido como uma dentre várias condições que em conjunto tornam provável a ocorrência de determinado problema e apontar soluções.

O processo de diagnóstico precisa ser comandado, planejado, conduzido e controlado por um responsável. Normalmente, este tipo de processo não faz parte da rotina operacional dos administradores e, portanto, precisamos dar alguma atenção à escolha do protagonista deste processo, uma vez que isto pode influenciar o sucesso do resultado. Ao se realizar um diagnóstico existe um cuidado que deve ser tomado sempre, que é a visão das partes sem se perder a visão do todo. Entender o problema como um sistema, ou seja, um conjunto de partes interdependentes que interagem entre si no sentido de atingir um objetivo, é básico para que não se cometam equívocos na realização de diagnóstico.

De acordo com Schmitt (1996, p.30), o processo de diagnóstico empresarial tem como finalidade “a compreensão da estrutura e da dinâmica de uma problemática empresarial [...], compreender uma empresa significa interiorizá-la e conhecê-la”, ou seja, este processo é visto como uma investigação que se processa a partir do levantamento de dados, análise e

procura de possíveis patologias dentro da organização e sugestões com vistas a sanar possíveis deficiências, ou mesmo apontar para novos direcionamentos de modo que na medida em que as empresas se modernizam, ampliam-se também as possibilidades diagnósticas, a exemplo da adoção do planejamento estratégico, que traz como elemento basilar o diagnóstico estratégico.

2.1.1 O diagnóstico estratégico

O termo “estratégia”, historicamente sempre esteve ligado a disputas, à guerra e a interpretações militares. Entendimento herdado desde a antiga Grécia, todavia, de acordo Ghemawat (2001) foi a partir da Revolução Industrial ocorrida no final do segundo milênio é que a mesma ganhou uma conotação relativa ao mundo dos negócios. Ideia partilhada por Ansoff (1990), ao afirmar que o interesse pela estratégia empresarial nasce na segunda metade da década de 50 do século passado em função do aumento do número de concorrência diversos mercados e produtos, provocando saturação, associado ainda a obsolescência tecnológica exigindo do mercado industrial e da sociedade novas atitudes tanto por parte dos consumidores quanto dos governos, requerendo a adoção de novas práticas organizacionais instauradas também em resposta as delineações dos mercados internacionais que influenciam diretamente nas organizações.

Nesse sentido, Porter (1996) ao publicar seu trabalho “*O Que é Estratégia?*”, definiu o conceito de estratégia, considerando que esta consiste em escolher, desenvolver e aplicar um conjunto de atividades com o objetivo de proporcionar valorações e tratamento de igualdades para a clientela. O autor descreve ainda que as posturas estratégicas nascem fundamentadas em três critérios distintos e não mutuamente excludentes.

O primeiro deles é o posicionamento baseado na variedade que se baseia na produção de um subconjunto dos produtos de um determinado setor, tornando-se capaz de atender amplamente determinados clientes, todavia, para a maioria destes as estratégias corresponderam apenas a um subconjunto de suas necessidades.

O segundo critério diz respeito ao posicionamento baseado nas atividades, no qual se busca atender à maioria das necessidades de um determinado grupo de clientes com vistas a satisfazê-los em suas necessidades específicas.

O terceiro critério é descrito como a segmentação dos clientes em razão das diferentes modalidades de acesso o que inclui aspectos geográficos, número de clientes. De acordo com Ansoff (1990) a estratégia é um dos vários conjuntos de regras de decisão para orientar o comportamento organizacional, isto inclui padrões que possam medir o futuro da empresa, ou melhor são conjunto de

regras que auxiliam o desenvolvimento da empresa na relação com o seu ambiente externo e também as regras que instituem o estabelecimento das relações internas subdivididas em estratégias administrativas e estratégias do negócio.

Isto implica dizer que o diagnóstico estratégico compreende um conjunto de atividades que considera os elementos que constituem o ambiente interno e externo da organização.

2.2 *Diagnóstico Rápido Rural*

O DRP (Diagnóstico Rápido/Rural Participativo), com origem nos trabalhos de Robert Chambers, nos Estados Unidos, cuja metodologia defende, além da maior rapidez na obtenção de dados importantes para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de populações rurais, a participação ativa dos beneficiários envolvidos no processo e uma multidisciplinaridade técnica. O DRP tem sido utilizado, cada dia mais, por diversas entidades e organizações em processos de diagnóstico e planejamento rural.

As técnicas de diagnóstico e planejamento participativo devem valorizar, por sua vez, o processo de obtenção de informações. É importante que este processo seja, ele mesmo, um fator de formação e discussão política no seio da comunidade. Os dados devem ser utilizados, principalmente, pela própria comunidade.

Para Chambers e Guijt (1995), deve-se aprender a ver o *processo* como um dos produtos do DRP. Ele deve ser considerado mais que o simples exercício de diagnóstico e coleta de dados. O DRP não pode ser considerado apenas um pacote de técnicas a serem utilizadas indiscriminadamente. Sua principal característica reside no fato de representar uma metodologia aberta, sobre a qual se poderá construir novos caminhos e técnicas. No sentido de entender algumas das técnicas e sua real possibilidade de diagnosticar e planejar de forma participativa e emancipativa são destacadas abaixo as seguintes técnicas testadas nos assentamentos citados: análise de fontes secundárias; entrevista não estruturada (diálogo); entrevista semi-estruturada; mapeamento participativo; calendário sazonal; entra e sai; caminhada transversal; rotina diária; diagrama de venn; e, matriz de realidade/desejo. Lembra-se, como ressalta Gomes (2001), que estas técnicas não devem ser interpretadas como um pacote fechado, pois a simples aplicação das mesmas não torna participativo o processo de levantamento da realidade.

Ressalta-se a importância da equipe de diagnóstico que deve estar sempre estimulando a construção do mapa e o debate dos temas. Os membros da equipe devem anotar, literalmente, as informações repassadas durante o desenvolvimento da técnica. Daí a importância de uma equipe multidisciplinar

que tenha compreensões diversas da realidade e consiga captar diferentes perspectivas do contexto de cada área pesquisada.

2.3 Diagnóstico Físico Conservacionista

O Diagnóstico Físico-Conservacionista (DFC), de acordo com Kurtz *et al.* (2003), deve ser o primeiro passo a ser dado no que diz respeito aos estudos referentes a bacias hidrográficas. Para o autor, sua elaboração é de primordial importância para levantar a situação real que envolve questões referentes a bacia hidrográfica.

Este tipo de diagnóstico objetiva contribuir para a utilização racional e sustentável dos recursos naturais através do estudo das características físicas da terra, dando a conhecer a situação atual em termos de ocupação da terra, formulação de medidas capazes de corrigir eventuais desequilíbrios ambientais entre a situação real e a potencialidade de uso. Possibilitando ainda formular medidas de controle da erosão, cheias, secas, controle das atividades agrícolas e planejamento futuros em relação a ações de (re)florestamento.

No caso específico desse tipo de diagnóstico são elaborados mapas com a distribuição espacial das terras propícias à agricultura, à pastagem, e ao (re)florestamento, minimizando conflitos de exploração da terra, apontando recomendação de práticas e gerais de acordo com as especificidades de cada caso. Recomendações essas que mostram a capacidade de infiltração da água das chuvas e consequente redução do assoreamento e minimização dos efeitos de secas e/ou enchentes.

Face ao exposto Garcia (2001), aponta que esse tipo de diagnóstico contribui para fundamentar a utilização racional e sustentável dos recursos naturais renováveis por meio da análise das características físicas da terra em termos de ocupação do solo e da formulação de medidas capazes de corrigir ou minimizar possíveis desequilíbrios ambientais que se manifestam na relação entre a utilização atual e a utilização potencial.

Nesse sentido, pode-se dizer que o diagnóstico tanto no campo da saúde, da administração ou do meio ambiente, é um instrumento que visa mapear a situação real quer do paciente, quer institucional ou do meio ambiente com vistas a identificar pontos de fragilidade e apontar sugestões com vistas ao equilíbrio da situação real em relação a suas potencialidades. No mesmo, caminho deve-se compreender o diagnóstico arquivístico. Todavia, o grande desafio encontra-se no uso adequado de sua metodologia e finalidades.

3 A ARQUIVISTICA E SUAS FUNÇÕES

A Arquivística, também conhecida como arquivologia, de acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 5), é uma disciplina que,

[...] tem por objetivo o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização.

No Processo de evolução da arquivística, libertando-se dos conceitos tradicionais de se conceber o arquivo, restritamente ligado ao conceito de documentos, explora-se a valorização do conteúdo informacional dos documentos, passando-se, todavia, para o que se estabelece como arquivística pós-custodial, que de acordo com Silva (1999, p. 155)

[...] a Arquivística pós-custodial sugere a análise e o estudo dos arquivos, e também a substituição do atual objeto da Arquivística (o documento) pela informação arquivística. “Daí decorre que o objeto da Arquivística não seja claro e que se confunda o método com meras aplicações técnicas”.

Perseguindo essa mesma perspectiva, Lopes (1996, p. 32) define arquivos, no sentido de informações registradas, do seguinte modo:

[...] acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional (atômicos) ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela sua ordem binária (bits); e produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico ou científico, independentemente de suas idades e valores intrínsecos.

Valoriza-se a informação sem perder de vista sua organicidade, que permanece na relação de que as informações pertencem a uma pessoa ou a uma organização. A originalidade é enfatizada, considerando a exclusividade, pois são formados por informações específicas dos seus acumuladores. Novas possibilidades são colocadas ao considerar os documentos de arquivo registrado em suportes diversos. A informação arquivística, ou seja, a informação orgânica e registrada tem ainda como peculiaridade a sua capacidade de ser avaliada em termos de idade e de utilização.

Segundo o pensamento teórico de Paes (2004, p. 20), a principal função do arquivo é disponibilizar sua documentação, facilitando assim a acessibilidade para o uso e pesquisa de maneira rápida e segura.

A principal finalidade dos arquivos é servir à administração, constituindo-se com o decorrer do tempo, em base do conhecimento da história [...] A função básica do arquivo é tornar disponíveis as informações contidas no acervo documental sob sua guarda.

Na arquivística encontram-se correntes de pensamento distintas que podem assim ser resumidas: Arquivística Tradicional (ocupa-se com os arquivos permanentes/ valor secundário); *Records Management* (trata dos arquivos correntes/valor primário); *Arquivística Integrada* que de acordo com Lopes (2009) objetiva assegurar a unidade e a continuidade das intervenções no quadro de uma política de organização de arquivos, isto lhes dá uma visão sistêmica preocupada as três idades dos arquivos de forma simultânea, surgindo ainda segundo o autor como crítica à arquivística tradicional e aos *records management*.

O teórico Schellenberg, em 1956, já propunha uma organização dos documentos ainda no arquivo corrente, vindo ao encontro de Rousseau, Couture e Ducharme que cunharam o termo Arquivística Integrada e a defenderam. Ela tem-se mostrado mais eficiente, pois defende o tratamento dos documentos arquivísticos desde sua produção (arquivo corrente) até a decisão da destinação final (eliminação ou guarda permanente), “pois qualquer documento de arquivo passa por um ou mais períodos, caracterizados pela frequência e tipo de utilização que dele é feita” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 111).

A arquivística pode ser compreendida como um conjunto de princípios, conceitos e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e uso de documentos em arquivos.

Com a acumulação de documentos de forma massificada, em proporções gigantescas, surgiu a necessidade de criar critérios para por ordem ao caos. Assim, por meio da formulação das instruções promulgadas em uma circular do Ministério do Interior da França, em 1841, orientadas pelo arquivista-historiador Natalis de Wailly (Chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério), enunciou-se o que ficou conhecido como princípio de respeito aos fundos arquivísticos, ou princípio da proveniência.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 61), princípio da proveniência é o “Princípio, segundo o qual, os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa”. Este princípio é o primeiro que define um conjunto de documentos como arquivo.

A proveniência é o elemento mais importante para identificar um conjunto de documentos, pois é com base nela que se estruturam e organizam os fundos arquivísticos.

Os documentos de arquivo apresentam-se sob inúmeras formas e nos mais variados suportes. Não é o tipo, nem a forma, nem o conteúdo informativo, que caracterizam um documento de arquivo, mas sim a sua origem, ou seja, o modo como ele foi produzido, em função e no decurso, da atividade de uma pessoa ou instituição. Sendo assim foram estabelecidos outros

princípios arquivísticos. O Princípio da unicidade, “qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito de forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem”. (CAMARGO; BELLOTO, 1996, p. 76).

O Princípio da Organicidade são as relações administrativas orgânicas que se refletem nos conjuntos documentais. “qualidade, segundo a qual, os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas”. (CAMARGO; BELLOTO, 1996, p. 57).

Princípio da Indivisibilidade, sua especificidade de atuação. Fora do seu meio genético o documento de arquivo perde o significado. Também conhecido como “integridade arquivística é característica que deriva do princípio da proveniência, conforme o princípio, um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido” (CAMARGO; BELLOTO, 1996, p. 45).

Bellotto (2002, p. 25) define a Cumulatividade que ela chama de qualidade de Naturalidade na acumulação: “os documentos não são colecionados, e sim acumulados naturalmente no curso das ações de maneira contínua e progressiva”. O arquivo é uma formação progressiva, natural e orgânica.

Todavia, enquanto organização os arquivos necessitam ser questionados e avaliados no que diz respeito ao cumprimento de suas funções ou atingimento de metas, especialmente, na sociedade contemporânea em que a qualidade e a rapidez da informação são condições necessárias a manutenção e sobrevivência da unidade de informação.

Nesse aspecto faz-se necessário a permanente utilização de um instrumento avaliatório que seja capaz de apontar sugestões, reverter quadros de fragilidades. Isto remete a necessidade de institucionalização do Diagnóstico enquanto instrumento de coleta, análise e apresentação de dados capazes de avaliar quantitativa e qualitativamente os Arquivos.

3.1 DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO

No campo da arquivística é comum se encontrar artigos, relatórios e ou publicações que tratam dos resultados coletados por ocasião da realização de um diagnóstico. Todavia, muito ainda há que se preocupar com os aspectos teóricos e metodológicos desse instrumento avaliatório, muito embora, na própria estrutura da Gestão Documental, ele se apresente como sendo uma de suas primeiras etapas, conforme afirma Ferreira e Melo (2008, p. 2),

“É preciso que se conheça a importância da elaboração de diagnósticos de arquivos como primeiro passo para se alcançar uma gestão dos documentos e, também, dos arquivos a fim de que os mesmos correspondam as verdadeiras necessidades de informação das instituições”.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p.24), diagnóstico de arquivos é a “Análise das informações básicas (quantidade, localização, estado físico, condições de armazenamento, grau de crescimento, frequência de consulta e outros) sobre os arquivos, a fim de implantar sistemas e estabelecer programas de transferência, recolhimento, microfilmagem, conservação e demais atividades”.

Salientando que, antes de tudo o profissional responsável pela organização dos documentos deve tomar conhecimento da entidade ou organização da qual o arquivo pertence. Esses dados são indispensáveis para a avaliação da massa documental de uma entidade, para isso destacamos a importância do diagnóstico ou pré - diagnóstico que segundo Calderon (2004, p.101): [...] são pontos de partida na organização de documentos de arquivo, subsidiando a proposta de modelos de classificação, avaliação e descrição apropriadas, visando a um destino final eficiente e eficaz.

Nesse sentido, Calderon (2004, p. 101), destaca a importância do diagnóstico quando afirma que:

O tratamento da informação, com a finalidade da recuperação e uso, supõe conhecimento e aplicação conjunta de teoria, metodologia e prática. É necessária a atenção especial no diagnóstico, na constituição, na manutenção, ou seja, na gestão de arquivos. Todas as tentativas fora dessa teoria redundarão em pseudo-arquivos onde tudo se acumula e nada se localiza.

É com o diagnóstico arquivístico, que o arquivista obterá informações quantitativas e qualitativas sobre a organização e seu acervo. Estas informações, aliadas ao conhecimento teórico-prático arquivístico, possibilitarão o embasamento, a segurança e precisão na construção de programas de conservação, classificação, avaliação, recolhimento, transferência, armazenamento, acondicionamento, microfilmagem e demais atividades de competência de um arquivista e da gestão documental.

Para Lopes (2009, p. 181) o diagnóstico consiste na “operação de construir a imagem de uma ou mais organizações”. Nessa concepção pode-se inferir que o diagnóstico é um instrumento auxiliar, imprescindível a gestão documental e que torna possível identificar todos os problemas relacionados ao desenvolvimento das atividades arquivísticas, mediante pesquisas realizadas nas instituições responsáveis pela produção e acúmulo dos documentos e, principalmente no próprio arquivo.

3.1.1 PRÉ- DIAGNÓSTICO: ETAPA DE FUNDAMENTAÇÃO NA ELABORAÇÃO DIAGNÓSTICA

Na arquivística, assim como em muitas áreas do conhecimento humano, antes de qualquer intervenção técnico-administrativa é necessário que seja realizado um exame da situação presente para que seja planejada e implementada a ação futura. Assim, por exemplo, é quando o médico examina o paciente, com a finalidade de identificar sintomas e assim prescrever-lhes o melhor caminho.

Diagnóstico, desse modo, é definido como a análise detalhada dos vários aspectos relacionados à estrutura e ao funcionamento do arquivo, considerando segundo Lopes (2009) a possibilidade de construir, por meio desse instrumento a “imagem do concreto”.

Face a esse entendimento, pode-se afirmar que na elaboração do diagnóstico muito há por fazer, incluindo-se nestes métodos e parâmetros aceitos pelas ciências sociais aplicadas, devendo, pois, iniciar com uma fase costumeiramente compreendida com diagnóstico que é o *pré-diagnóstico* que consiste no levantamento da documentação formal da instituição. Lopes (2009, p. 187), estabelece ainda os elementos e fases desta etapa:

- a) Realizável em poucas horas de trabalho;
- b) Levantar dados essenciais do problema, incluindo-se a natureza da organização, os dados quantitativos e qualitativos básicos da documentação, a definição de uma estratégia e dos objetivos preliminares.

O autor defende ainda que nesta etapa faz-se necessário observar as especificidades da organização e do problema definindo a necessidade de maior ou menor aprofundamento da investigação. Para Lopes (2009, p. 188), é preciso observar, em síntese, os elementos que individualizam e dão significado a cada organismo investigado, são eles:

- a) O tempo histórico institucional;
- b) O tamanho e a diversidade dos cervos institucionais;
- c) Variação e abrangência das atividades presentes e passadas;
- d) O número de pessoas vinculadas e as características estruturais, gerando a existência de organogramas extensos e complexos com inúmeras interfaces horizontais e verticais, internas e externas;
- e) O uso de tecnologias de informação variadas, redes de computadores, digitalização, microfilmagem etc.

Pode-se acrescentar ainda a esta fase pré-diagnóstica, no caso de ser este um trabalho de consultoria ou mesmo de pouca vivência institucional, os seguintes elementos:

- a) Existência de normas e manuais de arquivo;

- b) Localização e instalações físicas;
- c) Volume documental e espaço físico ocupado;
- d) Condições ambientais e de armazenamento dos documentos;
- e) Recursos humanos;
- f) Gênero e natureza dos arquivos;
- g) Classificação/arranjo dos documentos, identificando os métodos de arquivamento adotados;
- h) Procedimentos e formas de acesso à informação;
- i) Controle de consultas, empréstimos e processos de reprografia e automação utilizados;
- j) Estado de preservação e conservação dos documentos.

Em síntese, é preciso, então, conhecer o contexto em que está inserido o arquivo na instituição, no sentido de planejar melhorias para a situação encontrada. Nesse sentido Calderon (2004, p. 102) nos alerta: “[...] e importante contar com metodologias adequadas e instrumentos próprios, que colem informações precisas em cada etapa do processo, para subsidiar a proposição de ações de intervenção”. Após o levantamento desse conjunto de dados, parte-se então para elaborar o *Diagnóstico Arquivístico* propriamente dito, para tanto, faz-se necessário à escolha dos métodos e técnicas de coletas de dados e o tipo de Diagnóstico a ser implementado.

3.2 DIAGNÓSTICO: TIPOS, MÉTODOS E TÉCNICAS

Considerando então que o pré-diagnóstico antecede a elaboração do Diagnóstico, pode-se inferir então que o diagnóstico é o aprofundamento das causas já identificadas pelo pré-diagnóstico, devendo, pois, este afinar suas análises, que de acordo com Cornelsen e Nelli (2006, p. 72) o diagnóstico de arquivo pode ser entendido como sendo a análise depurada da “situação dos arquivos em relação ao tratamento da informação orgânica”. Para tanto, o arquivista precisa escolher o tipo de diagnóstico a ser desenvolvido, os métodos e as técnicas a serem adotadas tanto na coleta como na análise dos dados.

Nesse sentido, para obter êxito no decorrer do diagnóstico, o arquivista precisa elaborar um roteiro que se adapte as necessidades do arquivo a ser analisado, de modo que haja exatidão e objetividade nas informações coletadas, pois, as mesmas servirão de prova da real situação do arquivo, propiciando embasamento para as futuras correções.

Diante do exposto e de acordo com Evans e Ketelaar (1983 *apud* CORNELSEN, 2006, p. 72), o diagnóstico pode ser,

[...] apresentado sob a forma de questionário, o qual é dividido em nove grupos: apresentação geral; legislação e normas; recursos humanos;

recursos financeiros; edifício e materiais; fundos; métodos e processos de trabalho; serviços oferecidos e centros de documentação.

Para Lopes (1997 *apud* CORNELSEN, 2006, p. 76), pode-se,

[...] levantar os seguintes dados: a quantidade de documentos expressa em metros lineares ou em bytes; as características diplomáticas; os conteúdos informacionais genéricos; as unidades físicas de arquivamento; a existência e o modo de uso das tecnologias da informação; as características das instalações do arquivo e a situação dos acervos no que se refere a preservação; as datas-limite e a identificação original das inscrições encontradas nas embalagens.

Para Campos *et al* (1986 *apud* CORNELSEN, 2006, p. 74), buscam obter em seu diagnóstico as seguintes informações:

[...] identificação do órgão/setor visitado; atividades de protocolo e de arquivo corrente desenvolvidas e suas respectivas normas reguladoras; organização do acervo; instrumentos de pesquisa disponíveis; processos de transferência e eliminação e seus critérios reguladores; uso de tecnologias para recuperação da informação [...].

Em termos gerais, os procedimentos para diagnosticar arquivos compreendem as informações gerais sobre as instituições que produzem os documentos, coletadas através de questionários aplicados, entrevistas nos locais e observações feitas pelo arquivista. Assim, ao término da coleta dos dados, o avaliador terá a possibilidade de analisar minuciosamente todos os aspectos abordados e partir para a elaboração do texto do diagnóstico, utilizando, portanto de instrumento de coleta, tais como:

- a) Questionários;
- b) Entrevistas ou ainda o recurso da história oral quando necessário;
- c) Levantamento qualitativos por meio de observações;
- d) Levantamentos quantitativos por mensuração de dados ou a partir da instalação de equipamentos métricos;
- e) Levantamento imagéticos;
- f) Caderneta de campo, e;
- g) Levantamento das peculiaridades da edificação (materiais usados na construção e/ou reforma da edificação – piso, paredes, tetos, problemas de aeração, incidência de raios solares, posição da edificação, calor, entradas e saídas de pessoas, objetos e máquinas, entre tantas outras informações);
- h) Estrutura e tipo do mobiliário;
- i) Formas e material de acondicionamento, e,
- j) O estado de conservação dos documentos e da própria edificação.

Por outro lado, não se pode deixar de pensar na relação problema identificado versus arquivística integrada. Todavia, outros fatores também podem interferir em caso do fundo fechado e de caráter permanente, entre outras peculiaridades a serem observada.

Há ainda que considerar as relações hierárquica da documentação no que concerne ao gênero, espécie e tipologia.

3.2.1 Tipos de diagnósticos: elementos e funções

3.2.1.1 Diagnóstico Estratégico

Pautado na gestão estratégica, o *diagnóstico estratégico* também denominado de análise do ambiente, tem por objetivo mapear o maior número possível de variáveis que de alguma forma afetam direta ou indiretamente uma organização, neste caso representada pelo arquivo que existe com vistas a atender as demandas institucionais.

Para Ansoff e McDonnell (1993), o diagnóstico estratégico enquanto instrumento de auxílio as decisões administrativas tomando como questão basilar responder as seguintes indagações: Que desafios ambientais futuros se defrontará o arquivo? Como determinar a reação estratégica do arquivo com vistas a garantir seu sucesso e o da instituição a qual está vinculado ou ainda a sua própria função? Nesse sentido o diagnóstico estratégico torna-se uma ferramenta importante para prever ou adaptarem-se as mudanças ou então, no mínimo, não ser surpreendido por elas, consistindo em descobrir a sua essência; criar um contexto para a formulação das estratégias, conhecer aspectos importantes (natureza do setor, tendências do mercado, intensidade da concorrência, etc.) que não estão sob seu controle e ainda revelar as suas forças e fraquezas em seu momento atual.

De acordo com Chiavenato e Sapiro (2004) o diagnóstico estratégico se subdivide em duas modalidades:

- a) diagnóstico estratégico interno: situação frente às dinâmicas ambientais, relacionando as suas forças e fraquezas, criando as condições para a formulação de estratégias que representam o melhor ajustamento do elemento no ambiente em que se situa;
- b) Diagnóstico estratégico externo: procura antecipar oportunidades e ameaças para a concretização da visão, da missão e dos objetivos.

Conforme mencionado anteriormente o diagnóstico estratégico: refere-se ao levantamento de uma série de informações que orientam todo o processo de planejamento. Este diagnóstico, normalmente, é realizado a partir da matriz

SWOT, sigla formada pelas iniciais em inglês para forças, fraquezas, ameaças e oportunidades. No diagnóstico externo realiza-se uma análise das ameaças e as oportunidades que estão no ambiente do arquivo, da empresa e de suas relações, considerando as maneiras de maximizar as oportunidades e minimizar as ameaças. A análise externa contempla variáveis como: mercado nacional e internacional, aspectos econômicos, tecnológicos, político-reguladores, entre outros. Já o diagnóstico interno observa os pontos fortes e fracos da empresa, em termos de produtos e serviços, imagem institucional, tecnologia, estrutura organizacional, entre outros.

3.2.1.2 Diagnóstico Físico ambiental

O edifício antigo é como um paciente que apresenta sintomas de degradação e/ou patologias que devem ser corretamente diagnosticadas para que se possa buscar soluções que evitem definitivamente, ou retardem bastante, a reincidência do problema. O Diagnóstico Físico ambiental deve ser feito com base no relatório do estado de conservação e no mapeamento de danos, buscando identificar as causas da degradação neles registrados. Para tanto, a investigação deve considerar todo o universo que envolve o bem da arquitetura predial, como os fatores climáticos; as características do solo; as edificações do entorno; as intervenções urbanísticas; os atos de vandalismo; as características da construção original e das intervenções que a sucederam; etc.

Vale ressaltar que o terreno destinado à construção de um edifício para arquivo deve ser seco, livre de risco de inundação, deslizamentos e infestações de térmitas (CONARQ). Neste tipo específico de diagnóstico faz-se necessário o uso de equipamentos como termohigrômetro, hidrógrafo, termômetros, luxímetro entre outros equipamentos capazes de medir umidade, temperatura, luminosidade etc. A adoção dos equipamentos requer portanto conhecimento para manuseio e análise dos dados coletados, acrescido ainda do conhecimento sobre outros problemas que afetam o estado de conservação não apenas da edificação como também dos documentos em si, tornando-se capazes de identificar infecções como síndromes de vinagre, ataques biológicos, afecções químicas e físicas, ou seja, torna-se inevitável o uso de procedimentos metodológicos, capazes de identificar os sinais apresentados. Segundo Valverde (2000 *apud* MOSCIARO, 2009, p. 6) “o objetivo de um diagnóstico do estado de conservação das coleções é determinar a natureza, as características físicas das imagens que a compõem, seu nível de deterioração e as possíveis causas deste”. Ou seja, o diagnóstico difere não apenas nas áreas do saber como também depende do formato em que se encontram formalmente as informações quer seja material ou digital.

3.2.1.3 Diagnóstico Organizacional

Este pode ser adotado como sinônimo do pré-diagnóstico voltado para conhecer os Recursos humanos, físicos e materiais do arquivo, sem aprofundar em questões físico-ambiental de conservação, nem apegar-se as questões de fluxo. Também é necessário.

Todavia, a realização de qualquer um dos tipos de diagnóstico não inviabiliza a junção de todos, uma vez que cada um possui suas peculiaridades que podem ser desenvolvidas simultaneamente ou não, sem causar prejuízos aos dados coletados desde que adotada uma metodologia clara e aceitável no campo das ciências sociais aplicadas, isto dependendo do intento do diagnóstico.

3.3 RELATÓRIO DIAGNÓSTICO

Após a coleta, análise e interpretação dos dados faz-se imprescindível a elaboração do relatório diagnóstico, denominado na literatura de Diagnóstico acrescido do nível de especificidade a que está vinculado, ou melhor, do nível de especificidade como foi desenvolvido. O relatório deve seguir as instruções da ABNT para relatórios técnicos, devendo conter os seguintes itens:

Preliminares ou pré-textos

Capa (primeira e segunda)

Folha de rosto (ou ficha de identificação)

Prefácio ou apresentação*

Resumo

Lista de símbolos, abreviaturas ou convenções

Lista de ilustrações

Sumário

Texto

Introdução

Desenvolvimento

Conclusão e/ou recomendações

Ilustrações

Pós-liminares ou pós-textos

Agradecimentos*

Referências bibliográficas

Glossário*

Índice(s)*

Ficha de identificação

Lista de destinatários*

Capa (terceira e quarta)

Nota: Os itens marcados com um asterisco (*) são considerados elementos complementares (opcionais).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com o artigo construir um breve quadro teórico sobre a aplicação do diagnóstico em diversas áreas do saber. Diante da complexidade das atividades operacionais e do conseqüente aumento da massa documental, as instituições encontraram na Gestão documental, a solução para gerir os processos de produção, uso e destinação dos documentos arquivísticos. Deste modo entendemos que o diagnóstico é uma ferramenta necessária, pois fornece informações estruturadas para o provimento das ações no decorrer do processo de gerenciamento arquivístico.

Os principais dados a serem coletados no diagnóstico se referem á estrutura, ás funções e as atividades, e, por conseguinte, ao fluxo de informações que permeiam a organização. Não existe, no entanto, um único “modelo” de diagnóstico na literatura especializada capaz de absorver a complexidade e a diversidade de documentos e de informações de organizações.

“É bom lembrar que a diferença entre o realizável e a realidade reside na quantidade e na qualidade dos esforços dispendidos pelos interessados” (LOPES, 2009, p. 165).

ABSTRACT

DIAGNOSIS Archives: theoretical and methodological inroads

The study aims to analyze the archival agenda diagnosis under the theoretical and methodological perspective pointing out the type of diagnosis and their approaches. Considered the first step which is the document management diagnosis is presented as a significant tool for collection, analysis and interpretation of situational data File. Among the various denominations that can reach the diagnosis turns out to be an ally of the process of integrated management.

Keywords: Archival diagnosis. integrated management.

REFERÊNCIAS

ANSOFF, Igor **A Nova Estratégia Empresarial**. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz Editora, 1991.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria Estadual da Cultura, 1996.

CALDERON, Wilmaria Rodrigues et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. *Ci. Inf.*, Brasília, v.33, n.3, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3.pdf>. Acesso em: 29 maio. 2011.

CHAMBERS, R.; GUIJT, I. DRP: después de cinco años, em qué estamos ahora? **Revista Bosques, Arboles y Comunidades Rurales**, Quito: FAO, n. 26, p. 4-14, 1995.

CORNELSEN, Julce Mary; NELLI, Victor Jose. Gestão Integrada da Informação arquivística: o diagnóstico de arquivos. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, ago./dez. 2006. Disponível em: <http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=101&layout=abstract>. Acesso em: 15 jun. 2014.

DE CÁSSIA, R. I. T. A.; MAGUETA, MATOS. Diagnóstico De conservação fotográfica: uma abordagem arquivística.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVISTICA, São Paulo: associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, 1996.

GARCIA, S.M. et al. **Metodologia para retenção de água em microbacias hidrográficas: estudo de caso.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2001, Aracaju. Anais. Aracaju, 2001.

GHEMAWAT, P. **A Estratégia e o Cenário dos Negócios.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

GOMES, M. A. O. et al. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários. In: BROSE, M. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos.** Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 63-78, 2001. HÍDRICOS, 2001, Aracaju. Anais. Aracaju, 2001.

Hidrográficas: estudo de caso. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO NO SUS E SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM (recurso eletrônico) / Telma Ribeiro Garcia (et al.) – Dados eletrônicos – Porto Alegre: Artmed, 2010.

KURTZ, F. C.; ROCHA, J. S. M.; KURTZ, S. M. J. M.; ROBAINA, A. D.; GARCIA, S. M.; SANTOS, A. H. O. et al. **Zoneamento ambiental dos banhados da estação ecológica do Taim, RS.** Ciência Rural, Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 77-83, jan/fev. 2003.

LOPES, Luís Carlos. Os arquivos, a gestão da informação e a reforma do estado. **Arquivo & História**, rio de Janeiro, n.4, p.37-49, out., 1998.

LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa.** 2. ed. Brasília: Projecto, 2009.

LORIGGIO, Antonio Francisco Domingues. Diagnóstico: um modelo e seus fatores críticos de sucesso. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 1, n. 2, 2006.

MARINHO, Suzana; SANTOS, Patrícia Kelly dos; SILVA, Welder Antônio. Uma abordagem sistêmica aplicada à arquivística. **Arquivística. Net**, Rio de Janeiro, v.3,n.1, p54-71, jan/jun 2007.

MINTZBERG, Henry, AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Conversas sobre normalização de trabalhos acadêmicos. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2007. Os

fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa, Portugal: Nova Enciclopédia, 1998.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PORTER, Michael E **What is Strategy?** Harvard Business Review, 1996.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RAMOS Jr., J. (1986). Semiótica da Observação Clínica: fisiopatologia dos sintomas e sinais. Servier Editora de Livros Médicos.

RAMOS, Junia Terezinha Morais. Diagnóstico da massa documental arquivística produzida e acumulada pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Lato Sensu em Arquitetura e organização da informação, Biblioteca Digital, Universidade de Minas Gerais, BH, 2011.

REZENDE, J. M. de. (2002). O uso da tecnologia do diagnóstico médico e suas conseqüências. In: XIV Encontro Científico Acadêmico de Medicina, Goiânia, p.1-8.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Rio de Janeiro: Nova Enciclopédia, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. (Trad. Nilza Teixeira). 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SCHIMITT, Guillermo R. Turnaround: **A Reestruturação dos Negócios**. São Paulo: Makron Books, 1996.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística - teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1999.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A Utilização de Metodologias de Diagnóstico e Planejamento Participativo em Assentamentos Rurais: O Diagnóstico Rural/Rápido Participativo (DRP). **Em Extensão**. Uberlândia, v.8, n.1, p. 34-74, jan./jul. 2009.

TEDESCO, G. M. I (2008). **Metodologia para a elaboração do diagnóstico de um sistema de transporte**. Dissertação de (Mestrado em transportes, Publicação

T.DM - 001). 2008, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, DF, 2015p.